

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXVI nº 1538 | 27/05/2021 a 13/06/2021

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

EDIÇÃO HISTÓRICA



RECONHECIMENTO

NOVA ERA PARA A SANIDADE DO PARANÁ

Após décadas de trabalho de entidades públicas e privadas, Estado obtém o certificado de área livre de febre aftosa sem vacinação

Aos leitores

Finalmente, depois de décadas, o Paraná pode dizer que é área livre de febre aftosa sem vacinação. Não foi fácil, nem simples. Demorou. Exigiu esforços, investimentos e muito trabalho. Mas o resultado está aí. Ou melhor, ao longo das próximas páginas deste Boletim Informativo. E, como requer o feito, esta edição é integralmente dedicada ao tema, lembrando toda a caminhada até o reconhecimento pela OIE e também o que precisa ser feito daqui para frente.

Aproveitando o ensejo para falar de futuro, é preciso pensar nas próximas fases para o avanço das cadeias pecuárias paranaenses. O reconhecimento não é a linha de chegada. É apenas uma etapa cumprida. Ainda é preciso seguir trabalhando, com as mangas arregaçadas, para abrir novos mercados às carnes do Paraná. Definitivamente, nenhum comprador internacional vai bater à nossa porta. Afinal, eles têm seus fornecedores. Por isso é preciso apresentar nossos produtos para seduzir o mercado internacional.

É justo e merecido comemorar o feito alcançado pelo Paraná. Reconhecer as pessoas, profissionais, entidades públicas e privadas e governantes que participaram ativamente para que esse momento se tornasse realidade. Sem deixar de lado a continuidade do trabalho, agora para abrir novos mercados para as nossas proteínas animais. Afinal, nós temos qualidade. Basta fazermos com que os compradores estrangeiros conheçam.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldato, Nelson Natalino Paludo, Nery José Thome e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior e Ivo Pierin Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Walter Ferreira Lima | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, Eduardo Medeiros Gomes e Gerson Magnoni Bortoli.

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla (Fetaep), Rosanne Curi Zarattini (Senar AC), Darcy Piana (Fecomércio) e Nelson Costa (Ocepar) | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto | **Superintendência:** Débora Grimm

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Helio Lacerda e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pedese citar a fonte.

Fotos da Edição 1538:

Fernando Santos, William Goldbach, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



CELEBRAÇÃO

Em evento no Palácio Iguazu, em Curitiba, representantes dos setores público e privado ressaltaram a conquista do Paraná

PÁG. 4

PROTAGONISMO

FAEP contribuiu ativamente com edificação do sistema sanitário paranaense

Pág. 8

CRONOLOGIA

Levantamento histórico pontua grandes momentos até a conquista do novo status sanitário

Pág. 12

COMERCIALIZAÇÃO

Conquista abre mercado mundial de suínos com potencial de ganho até 50% maior

Pág. 18

PERSPECTIVAS

Adidos agrícolas dos EUA, Japão e Coreia do Sul apontam caminhos para novos negócios

Pág. 20

SUINOCULTURA

OIE reconhece Paraná também como área livre de Peste Suína Clássica

Pág. 23

Paraná em um novo patamar sanitário



O Paraná atingiu um novo patamar sanitário no dia 27 de maio, quando a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconheceu o Estado como área livre de febre aftosa sem vacinação. A partir de agora, nós não vendemos apenas carnes para o mundo, mas também segurança alimentar! Esse novo selo estampado nos produtos paranaenses certamente vai abrir novos mercados, que pagam mais. Afinal, o olhar sobre os nossos produtos vai mudar para melhor.

É preciso comemorar. Para valorizar ainda mais essa conquista, é importante recordar o trabalho de mais de três décadas até o reconhecimento. Muitas entidades públicas e privadas participaram do processo. E posso afirmar que somente com a união e o esforço de todos os elos da cadeia produtiva da agropecuária paranaense foi possível chegarmos até aqui.

Certamente, a FAEP foi um dos principais agentes neste processo. Há décadas, a bandeira da sanidade tem sido empunhada pela Federação, que priorizou a necessidade de o Paraná reforçar a sua sanidade animal até chegar à retirada da vacinação. A FAEP promoveu viagens técnicas, convenceu governadores, contratou especialistas em sanidade, participou de conselhos e eventos, propôs a criação da chamada Lei da Sanidade Animal, do Fundeppec, dos Conselhos de

Sanidade Animal, da Adapar e promoveu essa cultura do esclarecimento entre os pecuaristas paranaenses. Afinal, o apoio do campo era peça-chave.

Mas e agora, o trabalho terminou?

Pelo contrário! Com o reconhecimento consumado, é preciso iniciar uma segunda etapa de trabalho, que também exige a continuidade da união de todos os elos da cadeia produtiva. A produção paranaense de frango, suíno, bovinoculturas de corte e leite, peixes, entre outras proteínas animais, vai continuar crescendo.

Somos referências dentro da porteira e, agora, também fora. Para não ocorrer um desequilíbrio entre oferta e demanda, é preciso se preocupar com o mercado externo, pois os compradores não vão, no primeiro momento, bater à nossa porta.

Uma agenda positiva de viagens aos possíveis países compradores precisa ser definida, de forma permanente. Essa tarefa precisa ser efetivada a partir das agroindústrias e cooperativas paranaenses, afinal, o poder de transformação dos produtos e da negociação para a prospecção de novos mercados são delas.

No campo, os nossos produtores de aves, suínos, bovinos, leite, peixes e outras proteínas precisam manter a vigilância sobre os rebanhos, para evitar qualquer risco de doenças. O cadastro

anual junto ao órgão responsável precisa da adesão total. Afinal, uma eventual ocorrência pode afetar negativamente a pecuária estadual e, conseqüentemente, a economia do Paraná.

O Paraná venceu uma importante etapa. Mas precisamos ter a consciência de que o trabalho, dentro e fora da porteira, não termina aqui. Na verdade, nunca vai parar. Agora, precisamos seguir com o esforço coletivo para colher os frutos deste reconhecimento tanto para os pecuaristas e indústrias, como para a economia e a sociedade do Estado.



Ágide Meneguette,
presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR



Paraná celebra a certificação internacional

Em cerimônia realizada no Palácio Iguçu, autoridades públicas e representantes da iniciativa privada selaram o reconhecimento como área livre de febre aftosa sem vacinação

Os paranaenses presenciaram, no dia 27 de maio de 2021, no Palácio Iguçu, em Curitiba, um dia histórico. Lideranças políticas e de entidades representativas do setor privado celebraram o reconhecimento do Paraná, pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), como área livre de febre aftosa sem vacinação. O trabalho que culminou nessa conquista começou há décadas e teve a participação decisiva

de inúmeras organizações, entre elas o Sistema FAEP/SENAR-PR. O evento foi transmitido ao vivo pela internet.

O governador do Paraná, Carlos Massa Junior, fez um apanhado histórico das principais etapas cumpridas para chegar ao reconhecimento e agradeceu a cada um dos envolvidos na conquista. “Hoje é um dia histórico, depois de 63 anos tenho a honra de anunciar a todo povo do Paraná, que

nosso Estado é uma área livre de febre aftosa sem vacinação, está no mais alto nível de sanidade do planeta”, enfatizou. “Agora, precisamos manter o *status*, com o cadastramento do rebanho, a fiscalização de divisas com atenção, cuidado e responsabilidade”, completou.

De Brasília e por videoconferência, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, participou da cerimônia, celebrando a conquista do Paraná e de outros Es-



O que é o reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação?

Embora a suspensão da vacinação ocorra apenas no rebanho bovino do Paraná, a certificação da OIE é o atestado de que o sistema sanitário estadual como um todo é robusto, competente e atende às regras internacionais. O novo *status* sanitário do Paraná é determinante para todas as produções de proteínas animais, com impactos significativos nos futuros negócios nas cadeias produtivas de avicultura, suinocultura, piscicultura e pecuária de leite, entre outras.

que me disse: ‘Vamos abrir o Paraná’. Muitos produtores e instituições trabalharam para chegarmos a esse momento de alegria e de emoção”, disse a ministra.

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, celebrou a união dos paranaenses, uma marca registrada da conquista junto à OIE. “O Sistema FAEP/SENAR-PR se orgulha em ter tido papel relevante nesse assunto. Desde os anos 1990, acompanhamos todos os passos. Isso representa muito para nossa economia, a possibilidade de abertura de novos mercados. Ganha nosso agronegócio como um todo e também nossos produtores, que terão uma fatia da repartição da renda. Agora, temos de pensar em como manter esse novo *status* sanitário. A união que sempre tivemos será vital para evitar qualquer retrocesso”, apontou.

Antonio Poloni, assessor da presidência da FAEP, refletiu que é um grande feito nas últimas décadas o setor produtivo ter conseguido sensibilizar governo após governo a manter a sanidade como uma prioridade. “Os governos passam, as entidades ficam. Em todos esses anos de trabalho, tive a chance de falar com todos os governos sobre a necessidade de priorizar a sanidade. Todos eles, de certa forma, aceitaram e cada um deles teve uma participação importante. Temos que lembrar sempre que sanidade é economia. E quem tem que ser valorizado nesse momento é o produtor. Eles que trabalharam em adquirir uma cultura da sanidade e continuam a investir continuamente nesse sentido”, reconheceu.

O presidente da Ocepar, José Roberto Ricken, pontuou que o reconhecimento internacional é consequência de o Estado ter hoje um serviço veterinário de excelência. “A primeira ação fundamental que fizemos para chegar nisso foi a criação do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundeppec-PR). Isso nos permitiu organizar o Conesa, que a coordenação sempre foi atribuída à FAEP. Se não tivéssemos feito essa lição de casa, não estaríamos comemorando nada”, salientou.

Oportunidades

Para o secretário estadual da Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, o reconhecimento internacional “ficará registrado pela história como um marco importante para a nossa economia”. Destacando o trabalho integrado entre entes públicos e a iniciativa privada, Ortigara fez questão de parabenizar e agradecer a todos os elos da cadeia, destacando que o novo selo sanitário deve ajudar o Paraná a conquistar novos e mais sofisticados mercados internacionais, que pagam mais por proteínas animais certificadas.

“É uma virada de página. Temos volumes e vamos crescer ainda mais, temos escala, temos qualidade, sanidade e preço competitivo. Isso aqui não é só um selinho pendurado na parede. Isso é mercado, é oportunidade”, definiu. “Temos que fazer missões técnicas comerciais, bater à porta dos outros países. É usar nossos 24 adidos agrícolas, que estão lá para isso”, acrescentou.

O diretor-executivo da Frimesa, Elias Zydek, traduziu a conquista do re-

tados, que também foram declarados como área livre de febre aftosa sem vacinação. Em seu breve discurso, a ministra exibiu os certificados do Paraná, que já foram enviados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) pela OIE.

“Vocês estão de parabéns. Não é trabalho de uma pessoa só, mas de todas as mãos que viabilizaram essa conquista, e a ousadia do governador,



Antonio Poloni, Ágide Meneguette e Ronei Volpi, todos da FAEP, com o sonhado certificado da OIE

conhecimento internacional em quatro palavras: otimismo, integração, *status* e responsabilidade. Todas também têm, segundo ele, relação direta com o avanço dos negócios do Paraná no mercado externo. Ele mencionou o caso particular da Frimesa, que há dois anos se prepara para o novo selo sanitário, investindo em um ousado projeto de expansão, de olho no mercado internacional.

“Estamos tão entusiasmados, que há dois anos acreditamos nessa conquista, e já estamos com 50% construído o maior frigorífico da América Latina. Esse é o tamanho do nosso entusiasmo”, disse Zydek. “Hoje é o dia mais feliz da minha vida, como profissional. Estou vendo a gente saindo de 110 mil toneladas [de carne suína] exportadas para, ainda neste ano, beirmos 150 mil toneladas. Ano que vem, chegaremos a 200 mil toneladas de carne suína exportadas. Isso tudo é o que esperávamos”, contabilizou.

Ricardo Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), também ressaltou que, a partir de agora, é preciso reforçar a

vigilância, para garantir mais oportunidades ao Estado. “Sabemos que isso vai ajudar a dar um salto de qualidade nas vendas, gerando mais renda e melhorando o perfil da produção. O mundo confia no Brasil e ações como essa só fortalecem o país como grande provedor de alimentos no futuro. Dá orgulho de ser brasileiro ver o trabalho que vocês têm feito nos últimos anos”, parabenizou.

Sonho realizado

O deputado estadual e presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Anibelli Neto, enfatizou que o reconhecimento internacional se assemelha a um “sonho realizado” para o setor agropecuário do Paraná. Ele lembrou a união em torno da causa, que teve como um de seus episódios mais emblemáticos uma audiência pública realizada na Alep em 2019, em que a FAEP levou mais de 2 mil produtores rurais de todo o Estado para acompanharem as discussões em torno das articulações para que o Paraná abraçasse a

luta para se tornar área livre de febre aftosa sem vacinação.

“É um sonho de décadas, de gerações. Que alegria participar desse momento, como presidente da Comissão de Agricultura da Alep. Obrigado, Ágide, por ter me convidado para percorrer o Paraná. Em diversas audiências, pudemos ficar perto de pessoas que detêm tanto conhecimento, que diziam da satisfação e que vislumbravam um futuro que, hoje, chegou. Sei da satisfação dos senhores neste dia inesquecível”, afirmou.

O diretor-presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Otamir César Martins, também lembrou que o novo selo era uma meta de décadas. Orgulhoso da conquista, o responsável pela Adapar também destacou a atuação conjunta entre a iniciativa privada e os órgãos públicos, em uma relação conjunta que fez com que o sistema sanitário do Estado avançasse continuamente, até a sua consolidação.

“Estamos virando uma página da história e começando um novo capítulo. Desde que fui convidado a assumir

Ronei Volpi recebe homenagem

O atual diretor-executivo do Fundeppec, Ronei Volpi, recebeu uma homenagem, em nome de todos os paranaenses que contribuíram para a conquista do novo status. A honraria foi entregue a ele em mãos pelo governador Carlos Massa Junior.

“Escolhemos homenagear um cidadão que é um gaúcho-paranaense. Chegou no Estado em 1972 e veio trabalhar nas primeiras campanhas de vacinação contra febre aftosa. Começou como vacinador, passou a chefe da defesa sanitária animal e depois a diretor-geral”, lembrou o secretário de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara.

a valiosa função de presidente da Adapar, venho trabalhando por uma agência moderna, robusta e com respostas rápidas. Essa conquista também traz consigo muitas responsabilidades. Temos que, continuamente, trabalhar com modernização, inteligência, capacitação continuada e tomar decisões com base em princípios científicos”, defendeu.

As responsabilidades também foram mencionadas pelo presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Paraná (Fetaep), Marcos Brambilla. Na avaliação dele, o Estado tem o dever de manter o novo status sanitário e avançar, lembrando sempre dos produtores e trabalhadores rurais, que garantem uma posição de destaque ao Paraná.

“Temos o dever e o papel de fazer mais e melhor. Hoje, a responsabilidade aumentou. A conquista é tão importante que temos um grande trabalho pela frente. Que nossa riqueza seja compartilhada com todos os elos da cadeia. Se temos produtos chegando lá fora, é porque temos um trabalhador no campo”, disse.



Ex-ministros

Além da atual ministra do Mapa, outros ex-ocupantes do comando da pasta enviaram vídeos, que foram exibidos ao longo da solenidade. “Em 2000, em Paris, começamos processo de liberação do Brasil da aftosa com vacinação. Até então só vendíamos carne cozida enlatada. Hoje, exportamos quase US\$ 20 bilhões por ano de proteína animal. Agora, não temos mais restrições para proteínas como um todo e nós vamos abrir mais espaços e ampliar ainda mais os que já temos”, celebrou Francisco Turra, ex-ministro do Mapa.

Outro ex-comandante do Mapa que deixou sua mensagem, Roberto Rodrigues se disse emocionado ao comentar o momento. “É uma grande vitória, que abre espaço para o Paraná buscar novos mercados em benefício de todos os Brasileiros. Os paranaenses mais uma vez agora devem se colocar na fronteira do conhecimento, dos avanços científicos e tecnológicos para seguir avançando em sanidade”, recomendou Rodrigues.

Reinhold Stephanes, que também já ocupou o cargo de chefe do Mapa, deixou registrado seu reconhecimento de todos os envolvidos. “Merece destaque o papel do governador do Carlos Massa Junior e do atual secretário de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara. O governador tomou decisão, no momento inicial teve até mesmo resistência de alguns setores, mas manteve a decisão firme, que deu condições para chegarmos à estrutura básica para conquistarmos o status”, lembrou Stephanes.

Parlamentares

Dois deputados federais do Paraná também participaram da solenidade, reconhecendo a importância da conquista para o setor agropecuário. Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Aline Sleutjes, enalteceu a luta de produtores rurais na estruturação do sistema sanitário do Estado, o que proporcionou o reconhecimento internacional, trazendo novas perspectivas para o agronegócio. “Estamos reconhecendo aqui, nesta solenidade, os feitos, as lutas, os choros e os esforços de centenas de pessoas que se envolveram. É algo que traz o futuro, o desenvolvimento, os novos sonhos e a possibilidade de pensarmos: qual é a nossa meta? Parabéns ao Paraná”, celebrou.

Presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), o deputado federal Sérgio Souza destacou a articulação da ministra Tereza Cristina, que garantiu continuidade ao processo de reconhecimento internacional e que “nos deu guarida para avançarmos”. Ele também mencionou a vocação do Paraná na produção de alimentos e o poder e a importância do setor agropecuário para o país.

“Nós somos um gigante produtor de alimentos. Nós, na FPA, somos bons no que fazemos, porque somos organizados. Somos conhecidos como a frente mais poderosa do Congresso Nacional, não porque somos os ‘todo poderosos’, mas porque somos organizados, temos bons técnicos, bons projetos e defendemos a melhor causa, que é a segurança alimentar de todos neste planeta”, afirmou.

FAEP participou ativamente da consolidação da defesa sanitária do Paraná

Entidade protagonizou uma trajetória de décadas com ações de mobilização, investimentos, formação técnica e articulação política

Por Bruna Fioroni

A consolidação do sistema sanitário do Paraná é resultado de uma extensa trajetória. Ao longo das últimas décadas, diversas entidades das esferas pública e privada uniram-se em torno de um mesmo objetivo: tornar o Estado uma referência em sanidade animal. Para isso, o Sistema FAEP/SENAR-PR

ocupou um papel indispensável, auxiliando a pavimentar o caminho a ser percorrido.

A Federação foi pioneira ao investir em diferentes frentes para conduzir o processo de convencimento à priorização da sanidade por parte de vários governos que passaram pelo Palácio

Iguaçu. Além de incentivar a organização do setor, a FAEP auxiliou em ações que exigiram mobilização, coordenou missões de lideranças políticas e administrativas e promoveu viagens para técnicos e produtores, fomentando a cultura da importância da sanidade animal para o agronegócio.



Sistema FAEP/SENAR-PR levou mais de 2 mil produtores à histórica audiência pública na Alep, em 2019

“Nós sempre atuamos pelo fortalecimento do sistema sanitário paranaense, seja buscando conhecimento para mostrar ao setor a importância econômica, seja investindo em infraestrutura e corpo técnico”, destaca Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Há décadas, a entidade começou um trabalho direto para avançar rumo ao reconhecimento do Paraná pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), por meio do suporte ao cumprimento dos trâmites necessários para obter novas certificações de condição sanitária.

Investimentos robustos

A chegada dos anos 1990 marcou um período de intensa mobilização do campo paranaense e formação de uma infraestrutura sólida em sanidade animal. A FAEP passou a investir mais diretamente neste processo e assumiu o protagonismo da parceria público-privada.

“Houve uma participação mais ativa das instituições ligadas ao agro, capitaneadas pela FAEP”, destaca Ronei Volpi, diretor-executivo do Fundo de Desen-

volvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundepec), que coordenou o núcleo de defesa agropecuária no Sudoeste do Paraná nos anos 1970.

Em 1995, foi criado o Fundepec, que reuniu entidades do setor agroindustrial, com abrangência estadual, para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da pecuária e viabilizar ações de defesa sanitária no Estado. Hoje, o fundo conta com mais de R\$ 80 milhões.

No ano seguinte, a FAEP propôs a criação da Lei de Sanidade Animal no Paraná, complementando a legislação federal. A Lei 11.504, de 6 de agosto de 1996, permitiu um aperfeiçoamento e modernização das normas e regras, facilitando ao produtor cumprir as reponsabilidades na manutenção sanitária.

Então, o SENAR-PR passou a colaborar de forma efetiva na formação técnica de profissionais. Foram centenas de treinamentos e capacitações, contribuindo de forma substancial para a formação de recursos humanos da defesa sanitária paranaense, além de contribuir na formação da consciência sanitária dos produtores.

A combinação destes fatores fez com que, em 1996, o número de casos de febre aftosa no Paraná chegasse a zero. “O setor privado mobilizou-se para estabelecer condições sanitárias adequadas ao enfrentamento dos protocolos que o comércio mundial exige. A FAEP e seus sindicatos tiveram presença firme, forte e preponderante, com recursos financeiros e humanos, dando suporte nas estratégias e organização”, aponta Norberto Ortigara, hoje secretário estadual de Agricultura, e que acompanha o processo de estruturação sanitária do Estado desde 1978.

Houve, então, uma grande articulação técnica e política para que o Estado pleiteasse o *status* de área livre de febre aftosa com vacinação junto à OIE. A partir da década de 1990, o Sistema FAEP/SENAR-PR passou a acompanhar diretamente os organismos internacionais, como a Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa (Cosalfa), além de participar regularmente das assembleias promovidas pela OIE.

Ainda, houve apoio à criação do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa), com o propósito



Em 2007, Ágide Meneguette discursou no lançamento da campanha de vacinação contra aftosa



Reunião do Fundepec: fundo foi determinante para consolidação do sistema sanitário paranaense

de aproximar as entidades públicas e privadas, e a criação dos Conselhos Sanitários Agropecuários (CSAs), espalhados pelo território paranaense. Antes de 2000, já eram 150 CSAs criados, e hoje, são 390.

Estratégias

Segundo Antonio Poloni, secretário estadual de Agricultura de 1998 a 2001 e hoje assessor da presidência da FAEP, a Federação foi responsável por mobilizar as equipes de governo ao longo de diferentes mandatos para priorizarem a sanidade. “Foi preciso convencer os governos e as demais entidades representativas do campo a participarem desse desafio de fazer o Paraná pioneiro em questão sanitária”, afirma.

Nos anos 2000, o Paraná recebeu o reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa com vacinação, o que coroou a primeira etapa dos esforços de uma longa caminhada.

“Era preciso apresentar uma garantia financeira para indenizar os produtores. Então, a FAEP e a Ocepar assinaram o documento, garantindo que se houvesse qualquer episódio sanitário, seriam responsáveis pela indenização”, relembra Poloni. “Foi criado um senso de confiança e de segurança no produtor para notificar casos, sabendo que seria devidamente indenizado”, complementa.

Ainda em 2000, o governo estadual, por meio da Seab, repassou R\$ 500 mil como a primeira transferência para o Fundep. No ano seguinte, o Fundo Garantidor recebeu mais R\$ 2 milhões por meio da contribuição dos produtores com o valor de R\$ 1 por cabeça durante quatro campanhas de vacinação.

A FAEP também colocou em pauta a necessidade de melhorar o diálogo do agronegócio brasileiro com outros países. Para isso, foi criada a função de adido agrícola, proposta do então ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, com o objetivo de facilitar a interação do Brasil e do Paraná com parceiros comerciais, promover seus produtos agropecuários por meio da conquista de novos mercados e identificar oportunidades (leia mais nas páginas 16 e 17).



Em 2019, Paraná oficializou a retirada da vacina contra aftosa, dando sequência à conquista do novo status

Em 2010, a FAEP, por meio do Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná, entregou aos candidatos ao governo do Estado, propôs a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), em sucessão ao Departamento de Fiscalização (Defis). “O Paraná precisava de uma estrutura condizente com a força do agronegócio estadual. Com isso, nós mostrávamos para o mundo que estávamos investindo em sanidade e, para tanto, constituindo um órgão autônomo, autossuficiente e com mais recursos à disposição”, destaca Ortigara.

Para Otamir Cesar Martins, diretor-geral da Seab de 2011 a 2018 e atual diretor-presidente da Adapar, a possibilidade de prestar um serviço mais rápido e com menos burocracia era o diferencial necessário à estrutura sanitária do Paraná. “Nós formatamos a Adapar junto com a iniciativa privada e com grande participação da FAEP, autora da proposta”, afirma Martins.

Além de definir ações e estratégias rumo ao fortalecimento do sistema sanitário, esse bom relacionamento criou um senso de confiança, conscientização e responsabilidade entre os produtores.



FAEP participou ativamente da criação e implantação dos CSAs pelo Paraná, fundamentais para a conquista do reconhecimento da OIE



“A mobilização dos produtores foi fundamental para obtermos, de toda a comunidade paranaense, a aprovação para que pleiteássemos a retirada da vacina”, avalia o diretor-presidente da Adapar.

Em 2018, a então governadora do Estado, Cida Borghetti, encaminhou um ofício ao Mapa pedindo a suspensão da vacinação contra a doença em maio de 2019, com o compromisso de implementar as ações e metas previstas no Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA), que incluía a contratação de fiscais para garantir o funcionamento pleno das barreiras sanitárias e a construção de um Posto de Fiscalização Sanitária (PFTA) em Campina Grande do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Os investimentos na obra tiveram participação de entidades como a Ocepar.

Em 2019, a Federação promoveu os encontros do Fórum Regional Paraná Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, também em parceria com outras entidades privadas do agro. Os eventos, que percorreram seis cidades, tiveram o objetivo de debater o futuro do Estado em relação à obtenção do novo *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação. De 1997 até 2019, o Sistema FAEP/SENAR-PR investiu mais de R\$ 40 milhões em desenvolvimento sanitário.



“Nós sempre atuamos pelo fortalecimento do sistema sanitário paranaense”

**Ágide Meneguette,
presidente do Sistema
FAEP/SENAR-PR**

Décadas de trabalho, lutas e conquistas

O combate à febre aftosa no Brasil e no Paraná começou na década de 1960. Na época, a doença era endêmica. A partir de então, diante da evolução das cadeias produtivas ligadas às pecuárias, a FAEP passou a participar ativamente do processo de fortalecimento da defesa sanitária do Paraná

1995



FAEP propõe ao governo do Paraná um programa estadual, ampliando o controle sanitário, com a criação de equipes de vacinadores comunitários e a implementação de um sistema permanente de vigilância epidemiológica. Paralelamente, a Federação defende investimento em contratação e capacitação de técnicos e em laboratórios. Como resultado das sugestões, é criado o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundeppec).

1996



Paraná oficializa objetivo de obter certificação de área livre de febre aftosa com vacinação até 1997. Estado regulamenta a Lei de Sanidade Animal, que estrutura o sistema sanitário. Ao mesmo tempo, SENAR-PR desenvolve treinamentos para médicos veterinários da Seab, que passaram a atuar na campanha estadual contra a aftosa. Em conferência internacional realizada em Brasília, 13 países assinam declaração com objetivo de erradicar a doença e reconhecem a necessidade de ações conjuntas.

1997



Governo e iniciativa privada unem esforços e criam o Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa), órgão que passou a coordenar o sistema de defesa sanitária do Paraná, presidido pelo secretário de Agricultura, Hermas Brandão. FAEP cobrou reforço imediato na estrutura sanitária do Estado. Governo federal garantiu R\$ 7 milhões para que o Paraná investisse em seu sistema de defesa.

1998



De forma pioneira, Paraná começa a instalar os primeiros Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs), para articular com cada município a política sanitária do Estado. Por meio de 48 seminários regionais e municipais sobre sanidade agropecuária, Seab e FAEP fomentam a disseminação dos conselhos nas diversas regiões do Estado. SENAR-PR participa da reestruturação sanitária, treinando veterinários e técnicos da Seab.

Presidente da FAEP, **Ágide Meneguette**, exibe para a televisão o certificado da OIE, que reconhece o Paraná como área livre de febre aftosa com vacinação



1999



Focos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul colocam em sobreaviso Estados vizinhos. Paraná fecha suas fronteiras e intensifica cuidados sanitários. Paralelamente, Paraná coleta 7,1 mil amostras de sangue em bovinos e búfalos de 209 propriedades, para pleitear o reconhecimento internacional como área livre de febre aftosa com vacinação, pela OIE.

2000



Paraná é reconhecido pela OIE como área livre de febre aftosa com vacinação. Certificado foi entregue pelo ministro da Agricultura, Pratiní de Moraes, ao secretário de Agricultura do Paraná, Antônio Poloni. Foco de febre aftosa é identificado no Rio Grande do Sul, levando FAEP, Seab, Fundepec e Conesa a deflagrar ações para reforçar a vigilância e manter o isolamento das divisas do Paraná. Também é criado o Fundo Garantidor Sanitário, voltado a indenizar produtores que tiverem animais sacrificados em decorrência de ações sanitárias, sob responsabilidade do Fundepec.

2001

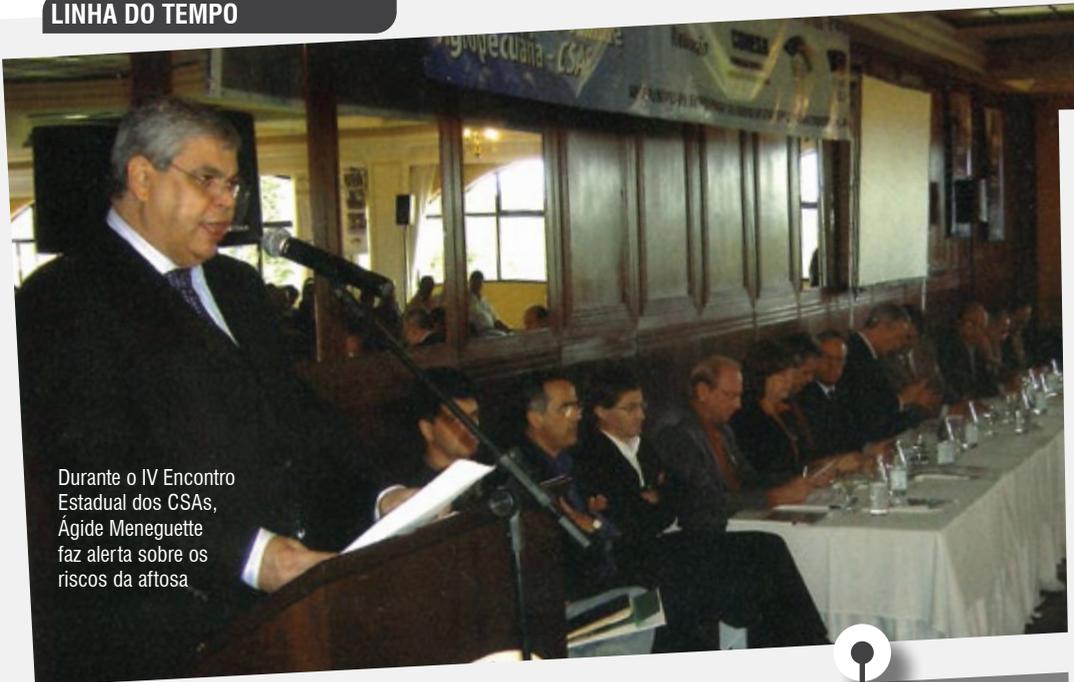


Canadá impõe embargo à carne brasileira, em razão de contaminação com o mal da vaca louca. Fundepec e Seab emitem nota de repúdio contra o boicote. Em outro flanco, FAEP e Seab emitem alerta e impõem barreiras sanitárias na fronteira com a Argentina, onde foram identificados focos de aftosa. Governo do Paraná sanciona lei que declara o Fundepec como órgão de utilidade pública, pelas ações de relevante teor social.

2002



Desenvolvido por meio de uma parceria entre os setores público e o privado, Paraná implanta o "Programa de rastreabilidade de bovídeos" – que era uma exigência de mercados mais sofisticados, como o da União Europeia. Adiante, Seab se torna o primeiro órgão público brasileiro autorizado a atuar como certificadora de processos de origem animais, credenciada pelo Mapa.



Durante o IV Encontro Estadual dos CSAs, Ágide Meneghette faz alerta sobre os riscos da aftosa



2003

2004

2005

2006



Conesa promove o “Fórum Paraná Sem Aftosa”, realizado em seis encontros regionais, nos principais polos do Estado. Com a participação de autoridades e de representantes do setor privado, iniciativa mobilizou pecuaristas de todo o Paraná, ressaltando a oportunidade de manter a vacinação do rebanho, como forma de manter a doença erradicada.



Seab e FAEP criam Grupo Qualidade da Carne, que traz consultor francês Jean Yves Rozé para avaliar o sistema sanitário do Estado. O especialista considerou que a pecuária paranaense estava no caminho certo, mas que era possível avançar na padronização e na organização da integração dos produtores.



Paraná entra em alerta, com a confirmação de focos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul. OIE estabelece providências que o Mapa deveria adotar para controlar o surto. Enquanto isso, Paraná realiza encontro estadual, que termina com a proposta de revitalizar os 161 CSAs, como forma de defender o status sanitário do Estado e manter a aftosa longe das divisas.

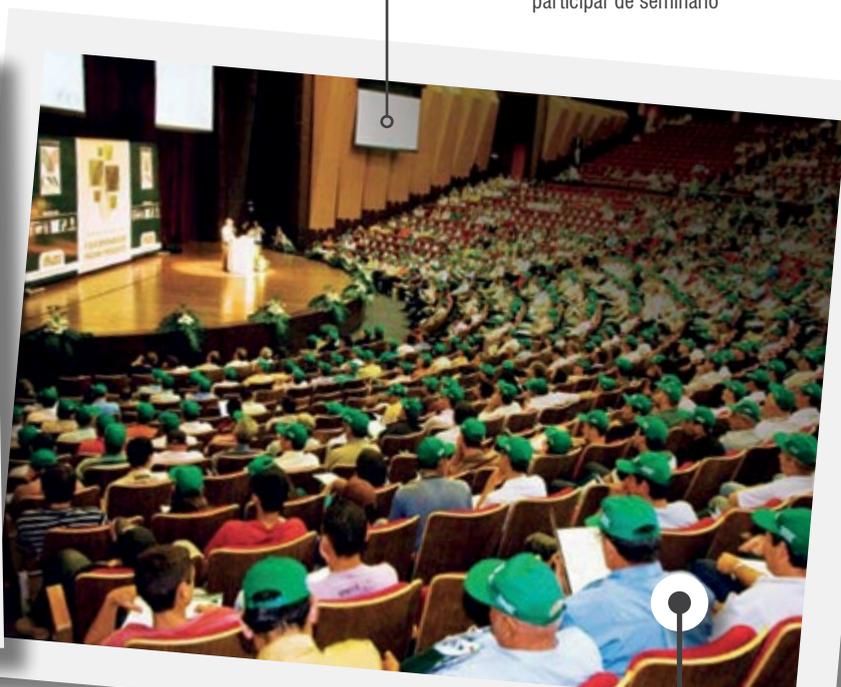


Seab anuncia foco de febre aftosa no Norte do Paraná e decide abater 1,8 mil bovinos na área suspeita. Com isso, Estado perde o status de área livre de febre aftosa com vacinação. FAEP e especialistas contestam Seab, afirmando que houve falhas no diagnóstico e na testagem do rebanho. Posteriormente, outros 6,7 mil animais foram sacrificados no Paraná. Por causa das suspeitas, 58 países impuseram restrições do Paraná, Mato Grosso e São Paulo ou ao país todo. No fim do ano, Seab encaminhou ao Mapa um relatório sobre os procedimentos adotados, para atestar a ausência de atividade viral da aftosa no Estado.

Ágide Meneguette no lançamento da primeira etapa da campanha de vacinação contra aftosa no Paraná, em 2007



Produtores de todo o Paraná lotam o Teatro Positivo, em Curitiba, para participar de seminário



2007

2008

2009

2010



O Centro Pan-Americano Febre Aftosa (Panaftosa), vinculado à OMS, divulga uma nota técnica concluindo que houve focos de aftosa no Paraná, citando anticorpos e lesões compatíveis com a doença. No “Fórum Regional Paraná Livre de Febre Aftosa”, FAEP, Seab e outras entidades reiniciam esforços para reconquistar o reconhecimento internacional como área livre de aftosa com vacinação.

Paraná reconquista *status* de área livre de febre aftosa com vacinação, reconhecido pela OIE. Com a decisão, Estado passou a exportar carne bovina e suína para a União Europeia, colocando fim a um período de dois anos e meio de embargos, por causa de suspeitas de contaminação com a doença. Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal também obtiveram o reconhecimento internacional.

Seab suspende a vacinação contra febre aftosa em animais acima de 24 meses. Medida é considerada o início do processo de reivindicação de reconhecimento internacional como área livre de aftosa sem vacinação. Paralelamente, FAEP deflagra ações para reativação dos CSAs. O objetivo é que os 399 municípios estivessem cobertos por um conselho municipal ou intermunicipal.

Paraná dá continuidade à ofensiva para ser considerado área livre de febre aftosa sem vacinação. FAEP promove seminário “Paraná Livre de Aftosa – Sem Vacinação” que demonstra a autoridades públicas e ao mercado exportador como está estruturado o sistema sanitário, dando provas da aptidão do Paraná em obter o reconhecimento internacional. Evento reúne 1,6 mil produtores e autoridades. Em seguida, representantes da FAEP e da Seab vão a Brasília, articular apoio para que o Paraná obtenha o novo *status*. Ainda assim, vacinação é mantida.

LINHA DO TEMPO



Em 2019, a Ministra da Agricultura, **Tereza Cristina**, assina normativa que, oficialmente, põe fim à vacinação contra a doença no Estado



2011

2015

2016

2017



FAEP entrega ao governo do Paraná o documento “Estratégia de Erradicação da Febre Aftosa no Paraná”, elaborado por técnicos da Federação e economistas da Universidade de Brasília (UnB). A partir de proposta enviada pela Federação, governo do Estado sanciona lei que cria a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), com o objetivo de coordenar o sistema agropecuário em nível estadual. Órgão passou a ser comandado pelo médico veterinário Inácio Kroetz.



Governo do Estado anuncia o Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte no Paraná. Resultado de uma iniciativa da FAEP, o plano tem por objetivo envolver a iniciativa privada e o poder público na produção de produtos pecuários com mais qualidade e ampliando a remuneração dos produtores.



Em maio, Paraná é reconhecido pela OIE como área livre de Peste Suína Clássica, em mais um passo importante para a obtenção do *status* de livre de febre aftosa sem vacinação.



Por meio da concessionária Viapar, iniciativa privada instala dois Postos de Fiscalização de Transporte Animal (PFTA) na divisa com o Mato Grosso do Sul. Novas unidades reforçam a rede de fiscalização do sistema sanitário do Estado. Paralelamente, a FAEP e a Ocepar entregam ao governo do Paraná o manifesto “Por um Paraná Livre de Febre Aftosa”, em que defendem o reforço na luta da conquista do novo *status* o mais rapidamente possível.



Autoridades públicas e representantes do setor privado **inauguram posto de fiscalização** em Campina Grande do Sul



2018

2019

2020

2021



Em agosto deste ano, a então governadora do Estado, Cida Borghetti, encaminha ofício ao Mapa pedindo a suspensão da vacinação contra a doença, com o compromisso de implementar as ações e metas previstas no Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa. FAEP pede ao governo do Paraná a adoção de medidas de estruturação da Adapar, para que a agência possa manter a defesa sanitária do Estado. No fim do ano, auditoria do Mapa reconhece o sistema sanitário do Paraná como o mais robusto do país.



Mapa aprova a antecipação da retirada da vacina contra a aftosa no Paraná. Com apoio da FAEP, governo do Estado realiza o “Fórum Regional Paraná Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação”, com encontros em seis regiões do Estado. Em mobilização histórica, FAEP leva mais de 2 mil produtores à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) para participar de audiência pública sobre o novo status sanitário. Adapar e Mapa realizam um simulado de como o Estado deve atuar caso seja registrado um foco de aftosa em seu território. No fim de outubro, Mapa põe fim definitivamente à vacinação contra a aftosa no Paraná.



Com recursos das cooperativas, Paraná termina a construção do último PFTA que faltava para concluir o fechamento de suas fronteiras sanitárias. Ao longo do ano, Adapar finaliza a coleta de amostras de 10 mil animais, em 330 propriedades paranaenses. O material fez parte do inquérito sorológico analisado pelo Mapa, com objetivo de comprovar que não há circulação viral da febre aftosa no Paraná.



Apesar da pandemia do novo coronavírus, o Paraná mantém o cronograma para conquista do novo status. Em maio, em audiência da OIE, em Paris, na França, o Estado é reconhecido internacionalmente como área livre de febre aftosa sem vacinação. Paralelamente, setor agropecuário mantém ações de vigilância, como a campanha anual de atualização do rebanho.



Sanidade e oportunidade

Parte do mercado internacional se abre para o Paraná, que precisa atuar para colocar seus produtos no exterior

Por André Amorim

O reconhecimento internacional como área livre de febre aftosa sem vacinação coloca o Paraná em um outro patamar, que permite acessar mercados que pagam mais pelos produtos com essa chancela de qualidade. Em 2007, Santa Catarina obteve a certificação da OIE, o que permitiu um novo olhar dos consumidores internacionais para seus produtos. O que o Paraná tem a aprender – e mesmo copiar – do seu vizinho?

“O mais difícil é abrir os mercados”, lembra Enori Barbieri, vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina (Faesc),

ex-secretário estadual de Agricultura e ex-presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), órgão que atua de forma semelhante à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) na promoção da sanidade animal e vegetal. “Tem que conquistar os países compradores. Os mercados demoraram para abrir. Os primeiros apenas em 2012, cinco anos após a conquista da certificação”, complementa.

Em 2014 foi aberto o mercado do Japão, em 2015 vieram os Estados Unidos e, somente em 2017, a Coreia do Sul.

Expectativa

Mas afinal, qual a vantagem de disputar espaço nesses mercados ditos “nobres”?

Usando como referência o preço pago por quilo de suíno exportado de Santa Catarina para o Japão, um mercado nobre, e para outros países da chamada Lista Aberta, como Chile e China, é possível notar a diferença. Os japoneses pagam até 50% a mais (veja tabela na página 17).

Além de valorizar a produção, a expansão do mercado por si só é extremamente positiva neste momento, de modo



Frimesa está construindo, em Assis Chateaubriand, uma planta que terá capacidade para abater até 15 mil suínos por dia – parte disso para exportação

Outro patamar

Preços pagos pelo quilo da carne suína exportada por Santa Catarina. Com a certificação de área livre de febre aftosa sem vacinação, o Japão é um mercado que poderá ser acessado pelo Paraná



Fonte: Associação Catarinense de Criadores de Suínos

que vem animando os agentes da cadeia da suinocultura. “O Paraná estava fora de 65% do mercado mundial de carne suína porque vacinava o seu rebanho bovino. Agora poderemos acessar todos esses mercados”, diz Valter Vanzella, presidente da cooperativa Frimesa, maior indústria de carne suína do Estado e quarta maior do Brasil, com abate na casa dos 8 mil animais por dia de cinco cooperativas paranaenses (Copagrill, Lar, C.Vale, Copacol e Primato).

Atualmente, a Frimesa exporta 20% da sua produção para os países da Lista Aberta, como Hong Kong, Angola, Vietnã e Uruguai, que aceitam o produto de regiões com vacinação. “Hoje, o Brasil está exportando como nunca, mas os preços entre um mercado e outro são bem diferentes”, observa Vanzella.

O dirigente da Frimesa sabe que o ingresso nestes mercados também não se dará automaticamente. “Alguém já está fornecendo para eles, então não vamos simplesmente anunciar e vender. Vai ser uma luta”, pondera.

A expectativa do presidente da Associação Paranaense de Suinocultores

(APS), Jacir Dariva, também é grande, a ponto de que, futuramente, o mercado internacional absorva quase a totalidade da produção paranaense. “Não é tanto a questão financeira, mas o leque de novos mercados que vai se abrir. Como estamos expandindo a produção no Paraná, precisamos de mercados que comprem”, revela.

E o boi?

Apesar da importância estratégica desta cadeia no processo de certificação internacional do Estado, trata-se de um setor que não deve colher imediatamente os frutos dessa conquista. “A principal consequência desse *status* sanitário não é para o bovino de corte, mas para os suínos, e ajuda outros setores também, seja aves ou grãos”, observa o produtor Rodolpho Botelho, presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte da FAEP e do Sindicato Rural de Guarapuava.

“O Paraná nunca vai ser grande produtor de boi gordo, isso em função do seu tamanho que é apenas 2,3% do território nacional. Não tem como competir

com outros Estados. Temos que trabalhar com carnes diferenciadas, nichos específicos, para agregar valor à nossa produção”, observa o dirigente.

A empresa Cooperaliança, localizada em Guarapuava, trabalha com o nicho de carnes nobres no Paraná. No momento, o frigorífico foca as atividades da empresa no mercado interno, até porque ainda não tem habilitação para vender para os mercados internacionais que poderiam pagar mais pela qualidade. Mesmo assim, a conquista do novo *status* sanitário tem trazido novidades.

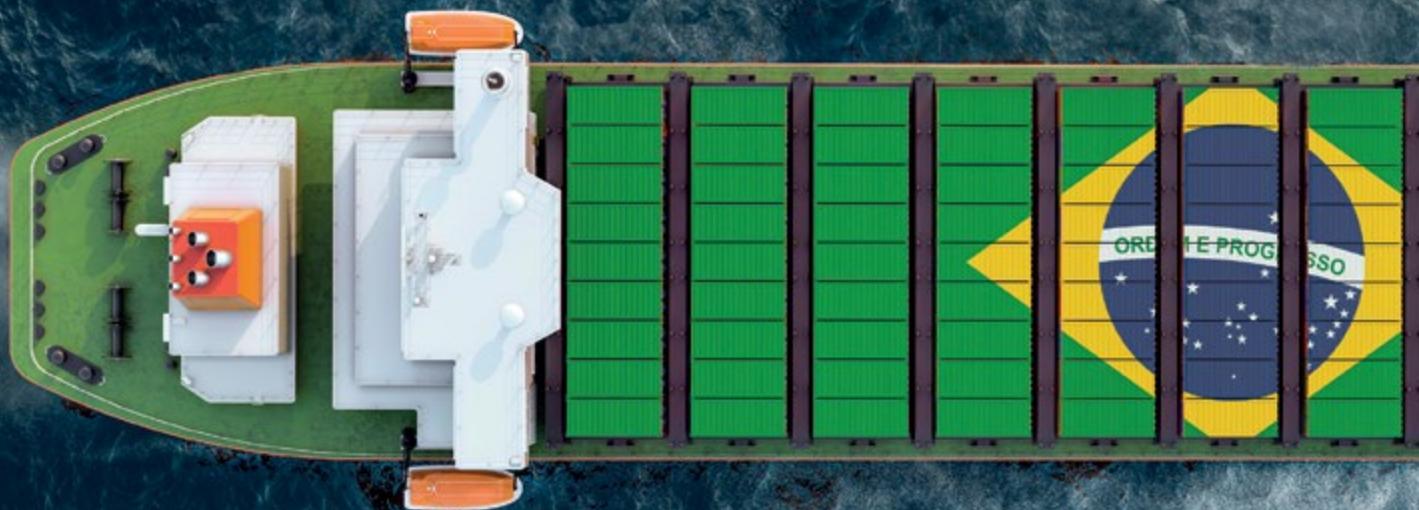
“Já temos uma visita agendada de empresários japoneses para visitar a nossa planta”, revela Edio Sander, presidente da Cooperaliança.

65%

essa é a parcela do mercado mundial de carne suína que o Paraná pode acessar com o reconhecimento

Nova era de negociação

Produtores paranaenses contam com trabalho dos adidos agrícolas espalhados pelo mundo para conquistar novos mercados



Por Toninho Senkovski

A nova condição sanitária do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação marca o início de uma nova fase, que deverá ser intensa em negociações na conquista de mercados. Agora é hora de gastar sola de sapato e papel de passaporte para “vender” o Paraná.

Neste contexto, os adidos agrícolas em embaixadas são peças-chave para abrir o caminho para negócios entre Brasil e os países onde estão sediados. Essa carreira existe desde de 2010, em grande parte, pela contribuição da FAEP (ler mais no quadro da página 20) e vem gerando inúmeros resultados.

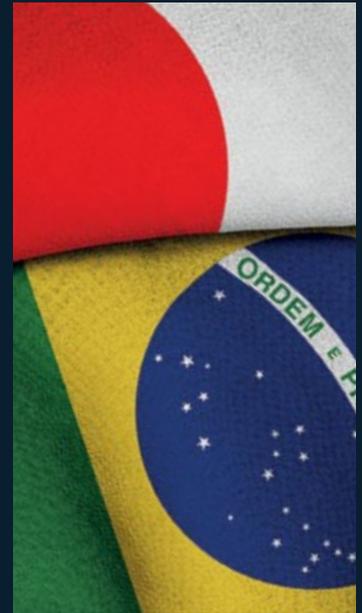
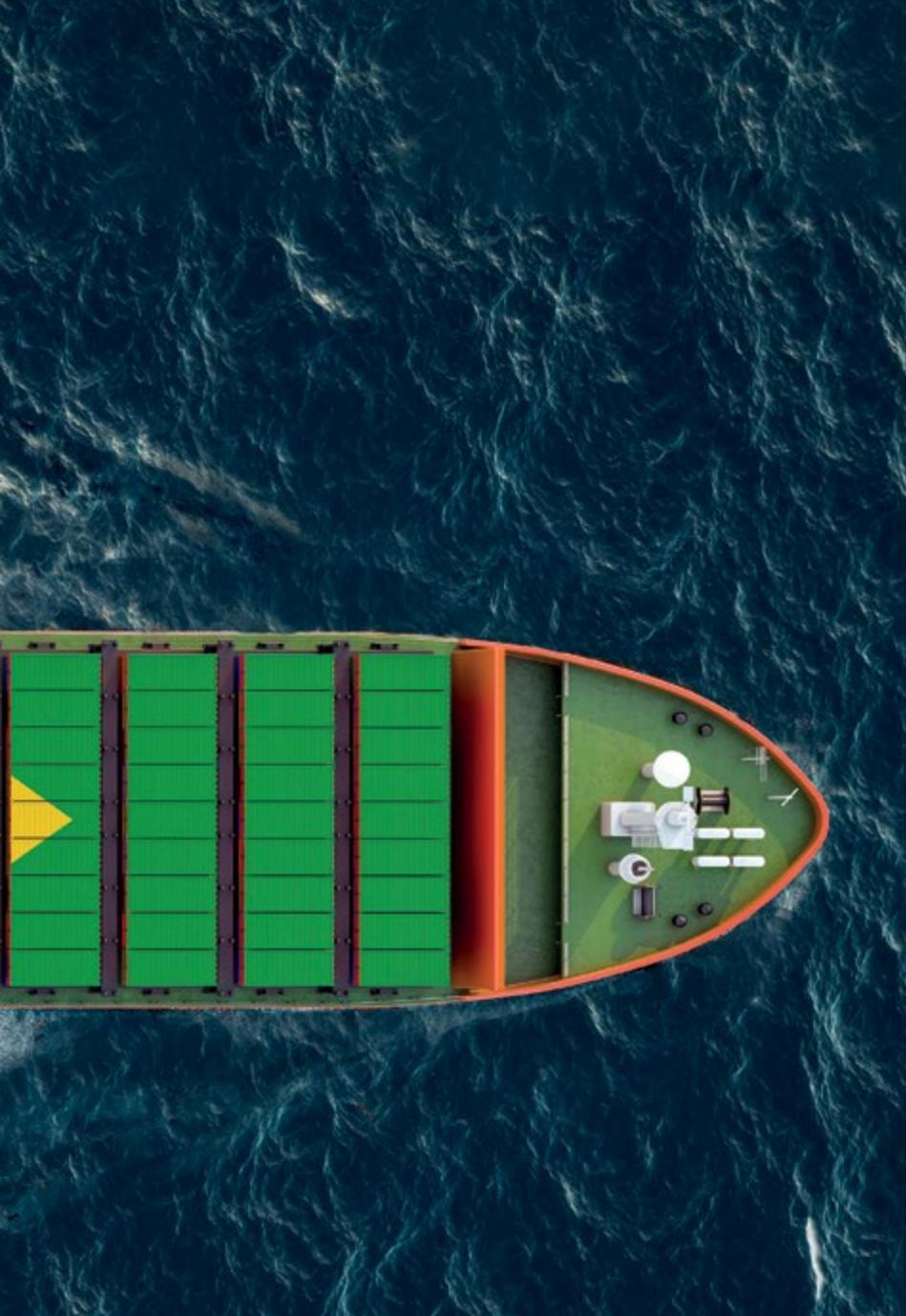
Um dos mercados que gera maior expectativa é o da Coreia do Sul. O adido agrícola em Seul, Gutemberg Barone, aponta perspectivas promissoras ao Paraná. Desde que chegou ao país asiático, em 2018, ele tem trabalhado para cadastrar novos estabelecimentos de Santa Catarina (até então, única área livre de febre aftosa sem vacinação no Brasil) que tenham interesse e condições de fornecer carne suína para os coreanos.

O mercado coreano importou cerca de US\$ 1,38 bilhões em 2020, portanto o terceiro maior mercado da Ásia, atrás de China e Japão. Barone calcula que o Brasil tenha potencial para continuar a

crescer nesse mercado, nos próximos anos e ocupar posição de destaque nas importações. Nesse ponto entra o Paraná. “Para crescer, a partir de agora, temos que ampliar o número de estabelecimentos autorizados”, aponta.

No entanto, é preciso cumprir uma série de trâmites antes de começar os embarques de proteínas para o país da Ásia. “Até chegar na habilitação dos alimentos há um diálogo que envolve diversos órgãos de governo”, revela Barone.

Após a negociação entre governos, quando chegar o momento da habilitação, entram em cena as missões estrangeiras. Esse processo requer



Boa fama no Japão beneficia o Paraná

Quando o assunto é exportação de alimentos, o Brasil tem uma ótima fama no mercado japonês. Isso pode ajudar os produtos paranaenses a ganharem espaço no Japão, conforme a avaliação do adido em Tóquio, Ricardo Osamu Maehara. “Felizmente, não temos barreiras nesse sentido. O consumidor japonês, primeiro de tudo, é curioso. Pelo fato de o território brasileiro estar distante do Japão, isso desperta ainda mais curiosidade”, exemplifica.

Uma das oportunidades de curto prazo para o Paraná no Japão é a venda de carne suína, segundo Maehara, já que os japoneses são grandes consumidores desse alimento.

Para agregar o máximo de valor aos produtos e conseguir fechar negócios que viabilizem a comercialização, o adido recomenda que seja feito um amplo estudo de mercado pelas empresas que estão prospectando novos negócios. “Isso pode direcionar de maneira mais certa os produtos para mercado japonês, não só na carne suína”, detalha.

a participação do setor privado, pois há documentos que precisam ser preenchidos. “Os exportadores precisam estar prontos para receber missões. Tudo que der para antecipar, pode acelerar posteriormente o início das exportações”, ressalta o adido.

Mesmo antes do reconhecimento ter sido sacramentado na OIE, já foram enviados documentos para comprovar a robustez do sistema sanitário do Paraná. “Já apresentamos algumas informações sobre a nova área que queremos incluir. O processo já está em andamento desde setembro de 2020 para vermos se conseguimos acelerar”, compartilha.

24 adidos

agrícolas estão espalhados pelo mundo ajudando na abertura de novos mercados para o Brasil

Potencial de crescimento

Existe um potencial para o Paraná entrar nessa lista e enviar cortes para os Estados Unidos. Mas é preciso manter a cautela em relação às expectativas, conforme alerta o adido em Washington, Filipe Guerra Lopes. “O país tem um procedimento próprio de avaliação rigoroso”, comenta.

Esse trâmite, segundo Lopes, envolve análise de risco, com visitas *in loco* para que as autoridades sanitárias brasileiras mostrem dados de inspeção em fronteiras, sobre o rebanho e diversas outras informações. “O reconhecimento da OIE é a pedra fundamental para o início da abertura do mercado. Esse passo do Paraná dá credibilidade, mostra que o serviço é capaz”, analisa.

Confira as principais atividades dos adidos

- Melhorar condições de acesso de produtos do agro brasileiro nos mercados dos países e regiões em que atuam;
- Prospectar novas oportunidades de negócio;
- Fazer relatórios com análises sobre o mercado local e tendências de cada país;
- Promover os produtos do agro brasileiro nos mercados locais;
- Antecipar possíveis mudanças nas políticas sanitárias e fitossanitárias de outros países;
- Indicar e facilitar contatos com especialistas, importadores e autoridades locais a brasileiros e a estrangeiros interessados em saber mais sobre nosso país.

Fonte: Decreto 6464 de 2008.



FAEP participou da criação dos adidos

Os adidos começaram a atuar, efetivamente, em 2011, por meio do Decreto 6.464. Primeiro, eram 12 e, com o tempo, a ampliação para 24, espalhados por todas as regiões do mundo.

Para chegar nesse decreto, houve uma participação da FAEP. A entidade sempre acompanhou de perto as negociações para o acesso a novos mercados. Muitos dos levantamentos, relatórios, reuniões e negociações que abriram portas às empresas do Estado tiveram como pontapé inicial prospecções feitas pela entidade.

Desde os anos 1990 há um trabalho intenso de mobilização e investimentos para a derrubada de barreiras sanitárias, promoção dos produtos agropecuários brasileiros e de conquista de novos mercados. E nas missões, viagens e reuniões, muitas com a presença da FAEP, houve a percepção de que faltava ao Brasil uma assessoria especial para lidar com as negociações internacionais. Foi aí que se acendeu a necessidade de apoio, alguém que ajudasse a organizar esse processo.

Com a experiência acumulada por técnicos e lideranças da FAEP, a entidade colocou em pauta a necessidade de criar adidos agrícolas, junto a Reinhold Stephanes, então ministro da Agricultura (gestão 2007/2010). Foi a partir daí que se iniciou a mobilização que culminou na criação da carreira dentro do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e Itamarati.

“A conquista do novo *status* sanitário é um símbolo de uma nova era de muito trabalho e dedicação que nós vamos encarar daqui para frente. Não tenha dúvida de que os adidos serão muito acionados para nos ajudar”, destaca Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Área livre da Peste Suína Clássica de forma isolada

Organização Mundial de Saúde Animal desmembra reconhecimento do Estado, que antes era atrelado a um único bloco com outras 14 unidades da federação



Além do reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) desmembrou o Paraná e concedeu ao Estado o *status* de território livre de Peste Suína Clássica (PSC). Esse título é de suma importância para que se consiga exportar carne suína para o mundo. Antes, os paranaenses estavam num bloco único com 14 Estados brasileiros e o Distrito Federal, reconhecido em 2016. A novidade garante mais segurança a toda a cadeia produtiva de suínos em território paranaense.

A separação do Paraná começou com uma instrução normativa assinada pela ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, no dia 6 de dezembro de 2019. Esse documento reconheceu o Estado como área livre peste suína clássica (PSC) de maneira isolada, fora do bloco com outros 14 Estados e o Distrito Federal.

Rafael Gonçalves Dias, gerente de saúde animal da Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), explica que a PSC é uma doença erradicada no Paraná. Porém em alguns Estados do Nordeste a enfermidade é endêmica. Caso a doença passe a divisa para um dos Estados do bloco de 14, isso bloquearia as exportações, inclusive as paranaenses – ainda que este fique a milhares de quilômetros de distância. “É uma conquista de suma importância para os paranaenses, tão importante quanto o avanço na questão da febre aftosa”, comemora Dias.

“A sanidade é uma prioridade há décadas no Paraná, não apenas em relação à febre aftosa. Nós investimos muito esforço e recursos financeiros para construir um sistema sanitário sólido, com a sinergia entre setores público e privado. Agora estamos colhendo os resultados, com o reconhecimento de que somos capazes de fornecer segurança alimentar para o mundo”, completa o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

O processo para chegar a esse reconhecimento individual foi parecido com o que culminou com o reconhecimento da aftosa. Segundo Dias, foi feito um relatório para OIE que detalha a estrutura sanitária do Paraná. Realizou-se uma avaliação, pelo grupo *Ad hoc* (grupo especial criado pela OIE para analisar os dados do Estado), e os documentos também foram apreciados pelos países-membros do órgão internacional.

A Peste Suína Clássica é uma doença contagiosa hemorrágica que causa mortalidade nos suínos, especialmente nos leitões. Ela é provocada por um vírus que pertence à família *Asfarviridae*. Esses microrganismos não infectam seres humanos, somente insetos e suídeos. A doença não tem tratamento e causa grande impacto econômico, já que é uma das sete doenças para as quais a OIE oferece monitoramento e certificações.

Reconhecimento público

Autoridades e representantes de entidades falam sobre a conquista do novo *status* sanitário e comentam o impacto que o selo internacional deve provocar ao agronegócio do Paraná

“É um momento de alegria e emoção. O Paraná deu um passo muito importante. Com trabalho de produtores de instituições públicas e privadas, chegou a essa conquista. Mas a manutenção do *status* é, também, bastante importante. O trabalho continua. Quem ganha com isso é o Brasil”

Tereza Cristina,
ministra da Agricultura



“Ao longo desses mais de 50 anos, tivemos muitas pessoas e muitas entidades que ajudaram o Paraná a conquistar o novo *status*, de área livre de febre aftosa sem vacinação. Talvez a FAEP tenha sido a mais importante. Ao longo de sua história, com seu investimento na preparação, na qualificação dos agricultores e, acima de tudo, em construir toda essa solução junto com o poder público, para que conseguíssemos esse aval internacional, que vai nos abrir um mercado bilionário. Se a FAEP não tivesse participado desse processo, possivelmente o Paraná teria muito dificuldade em conseguir esse selo”

Carlos Massa Junior,
governador do Paraná



“Esse reconhecimento é essencial para o setor agropecuário paranaense. Somos o maior produtor de proteína animal do Brasil e com o novo *status* teremos as condições de impulsionar ainda mais essa cadeia e abrindo novos mercados de exportação para a carne paranaense. Na época, lembro que a estimativa era de um impacto de quase R\$ 1,5 bilhão a mais na economia do Estado”

Cida Borghetti,
ex-governadora do Paraná



“A partir do reconhecimento internacional, a pecuária do Paraná pode exigir um preço melhor. Mais que isso, mesmo com o setor vivendo um dos seus melhores momentos, com a certificação o Paraná pode vender ainda mais. E, sem sombra de dúvida, esse reconhecimento só foi possível com a ajuda da FAEP, que lá atrás decidiu trabalhar para fortalecer a sanidade estadual”



Hermas Brandão,
ex-secretário estadual de Agricultura e autor da Lei da Sanidade



“A gente não fez um esforço de mais de 50 anos para ter um selinho na parede. O nosso esforço foi no sentido de oportunizar que o Paraná transforme sua soja e seu milho e proteínas animais. Certamente, o novo *status* vai ampliar a venda não só de carne bovina, mas também de frango, peixe e, principalmente, de suínos. Temos a oportunidade de bater à porta de mercados que não conversavam com o Paraná, porque ainda vacinávamos nosso rebanho. A tendência é de que cresçamos muito”

Norberto Ortigara,
secretário de Estado da Agricultura



“Esse reconhecimento é uma abertura para o Paraná crescer ainda mais mundialmente na exportação de carnes, além de estimular a expansão industrial agropecuária, gerando mais empregos e renda para o Estado. A FAEP sempre foi uma grande parceira do governo estadual e da Sedest no desenvolvimento sustentável do Estado, conciliando o bem-estar do produtor rural e dos animais do campo, com a economia e cuidado do meio ambiente. E esse trabalho foi fundamental para o reconhecimento”

Marcio Nunes,
secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo



“A chancela é um fato histórico. Que bom poder participar dessa conquista, em que a FAEP, sem sombra de dúvidas, foi um dos principais atores, que conseguiu ao longo de sua história levar muita informação e preparar o nosso agropesquearista. Como presidente da Comissão da Agricultura e Pecuária da Assembleia Legislativa do Paraná, fico feliz de ter participado de muitas audiências públicas pelo interior e da maior audiência pública da história do Paraná, que foi fundamental que o governo abraçasse a causa e que o Paraná saísse na vanguarda”

Anibelli Neto,

deputado estadual do Paraná e presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Alep



“Essa foi a maior conquista dos últimos tempos. Foi uma conquista feita de forma organizada, com participação do governo, da iniciativa privada, dos sindicatos, da FAEP e das cooperativas, que ajudaram, inclusive, a montar as estruturas de fiscalização para permitir, primeiro, que o Ministério da Agricultura nos reconhecesse aqui e, depois, que esse novo *status* fosse pleiteado junto à OIE – e que ocorreu, agora, a confirmação. Isso representa para nós a possibilidade de mercados novos”

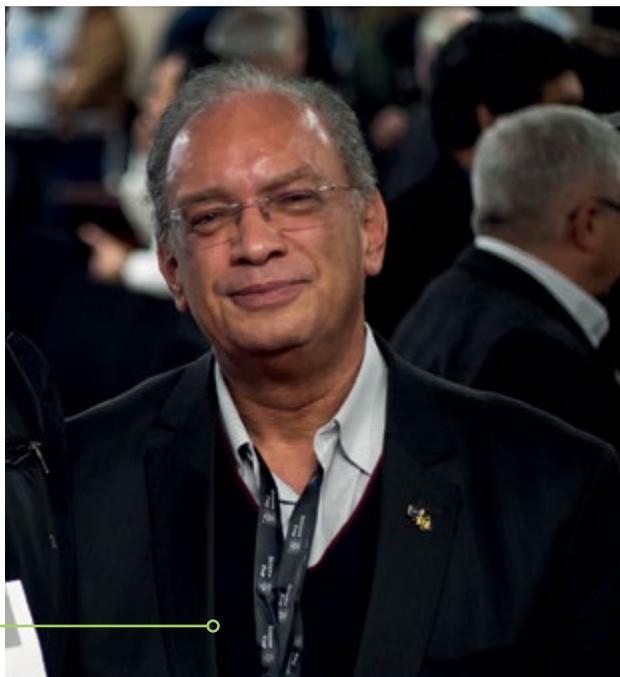
José Roberto Ricken,

presidente do Sistema Ocepar



“O reconhecimento internacional do Paraná como área livre de aftosa sem vacinação vai possibilitar a ampliação de mercados aos produtos de nosso Estado. Na indústria, temos a expectativa de que isso se reverta em novos investimentos, já que o setor de carnes está entre os principais exportadores do nosso segmento. O trabalho da FAEP, com toda a articulação e os investimentos realizados, foi fundamental para o alcance desse *status*, reforçando a importância do associativismo para o desenvolvimento do setor produtivo”

Carlos Walter,
presidente da Fiep



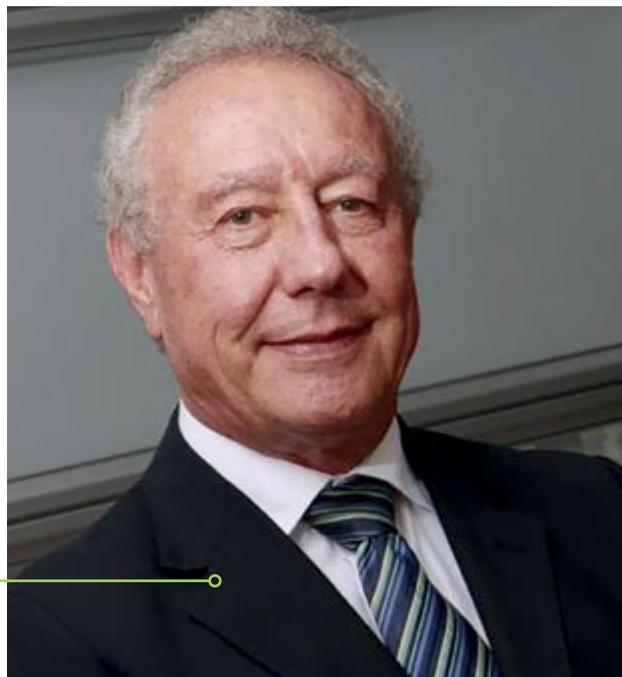
“O Paraná comemora a certificação mundial como livre da aftosa sem vacinação graças a um trabalho que começou no fim da década de 1960, no Programa Nacional de Combate à Febre Aftosa. Muita gente trabalhou para chegarmos até aqui. Temos que reconhecer a todos os envolvidos nesse processo. Esse reconhecimento internacional vai abrir novos mercados e com certeza terá grande impacto na economia do Paraná”

Reinhold Stephanes,
ex-ministro da Agricultura



“Hoje é dia de celebrar essa decisão da OIE, que para mim tem um significado ainda mais importante. Em 2000, em Paris, começamos processo de liberação do Brasil da aftosa com vacinação. Agora, não temos mais restrições para proteínas como um todo e nós vamos abrir mais espaços e ampliar ainda mais os que já temos”

Francisco Turra,
ex-ministro da Agricultura



“É uma grande vitória, que abre espaço para Paraná buscar novos mercados em benefício de todos os brasileiros. Cumprimento-os muito honradamente, por essa conquista que merece ser celebrada. O novo *status* abre, também, uma nova responsabilidade. Mais uma vez, o Paraná se coloca na fronteira do conhecimento, para seguir avançando”

Roberto Rodrigues,
ex-ministro da Agricultura

Sanidade globalizada

Surgimento de novos desafios sanitários, como a peste bovina, levou à criação da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE)

No início do século XX, o Brasil estava em franca expansão do seu rebanho bovino e era um destino frequente de zebuínos com origem no Sul da Ásia – em especial a Índia. Até que no ano de 1920, esse trânsito de animais do Oriente para a América do Sul foi apontado como vetor de disseminação da chamada “peste bovina” na Bélgica, a partir do Porto de Antuérpia. A notícia da disseminação desse mal provocou grande abalo na esfera da sanidade animal mundial, o que mudaria para sempre o modo como as cadeias produtivas se organizariam nesse sentido mundo afora.

Naquela época, a comunidade internacional se debruçou sobre o problema. A solução apontada foi fundar a Organização Internacional de Epizootias. O pri-

meiro acordo, de 25 de janeiro de 1924, contou com a assinatura de 28 países. Já na primeira conferência internacional da entidade, em 30 de janeiro de 1928, em Genebra, na Suíça, sacramentou-se: “Os únicos documentos de saúde que podem oferecer garantias suficientes aos importadores são aqueles provenientes de nações dotadas de serviços veterinários devidamente organizados”.

Ao longo das décadas, foram inúmeras as conquistas e marcos históricos da organização. Em 1939, a entidade comprou o lendário edifício no qual está instalada sua sede até hoje, em Paris, na França. Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, com a ocupação da capital francesa pelas tropas alemãs, chegou-se a cogitar a transferência da sede da OIE para Berlim, capital ger-

mânica. No entanto, a mudança não precisou ser feita, graças à intervenção de G. Flückiger (Suíça), presidente em exercício do Comitê Internacional da OIE na ocasião.

A OIE também teve, ao longo da história, várias adaptações institucionais. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, e a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), foi necessário fazer uma ampla negociação para que não houvesse a extinção da OIE. Esta teve o seu funcionamento e respaldo global garantido somente após muitas negociações e acordos. Os mais importantes nesse sentido foram com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em 1952; e com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1960.



Dos anos 1960 para a virada do século, inúmeras outras entidades representativas firmaram acordos com a OIE, como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), em 1993; a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1998; a Associação Mundial Veterinária, em 2002; e a Federação Internacional de Saúde Animal, em 2002. Todo esse processo de negociações constantes culminou, em 2003, na mudança de nome: de Organização Internacional das Epizootias (OIE) para Organização Mundial da Saúde Animal, mantendo a mesma sigla histórica, OIE.

A nova nomenclatura se mantém até hoje e se refere a uma entidade que tem como principais objetivos garantir a transparência da situação da saúde

animal no mundo; recolher, analisar e divulgar informações científicas veterinárias; e aconselhar e estimular a solidariedade internacional para o controle de doenças animais. Outras missões são, ainda, garantir a segurança sanitária do comércio mundial; melhorar o quadro jurídico e os recursos dos serviços veterinários; garantir a segurança dos alimentos de origem animal e melhorar o bem-estar animal usando bases científicas.

Hoje, a OIE conta com 182 membros permanentes. A atual diretora-geral é a doutora Monique Eloit, que foi eleita em 26 de maio de 2015, pela Assembleia Mundial. A assembleia é o momento no qual se acionam todos os delegados nacionais dos países-membros. A organização conta ainda com outras estrutu-

ras de funcionamento, como o conselho (eleito pelos delegados, formado por um integrante de cada região do mundo), as comissões especializadas (animais terrestres, científica, laboratórios e animais aquáticos), as comissões regionais, os grupos de trabalhos, entre outras.

A OIE tem mantido, desde os anos 1990, uma mesma linha estratégica de atuação. A instituição faz um ciclo de planejamento de cinco anos para seu programa de trabalho. O 6º Plano Estratégico, que estava em vigor até 2020, foi adotado pelos países-membros durante a 83ª Sessão Geral da Assembleia Mundial de Delegados, realizada de 25 a 29 de maio de 2015, que abrangeu o período de 2016 a 2020. O próximo plano, da assembleia de 2021, deve guiar os próximos cinco anos da entidade.

CAMPANHA DE ATUALIZAÇÃO DO REBANHO

01/05 A 30/06



*Produtor rural, faça o procedimento no sindicato rural mais próximo para evitar o **bloqueio da GTA***

Contatos dos sindicatos rurais no site e no aplicativo do Sistema FAEP/SENAR-PR

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

